

20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas)

18 de Dezembro de 2007. — O Presidente, *Horácio Correia da Piedade*.

2611076804

#### **Aviso n.º 982/2008**

Para os devidos efeitos se torna público que, por despacho do presidente desta Junta de Freguesia de 18 de Dezembro de 2007, foi nomeada definitivamente na categoria de assistente administrativo principal do grupo de pessoal administrativo do quadro de pessoal da Junta de Freguesia de São Sebastião a candidata Dália Maria Guerreiro Pontes Ramos, aprovada no concurso interno de acesso limitado para preenchimento de um lugar de assistente administrativo principal do grupo de pessoal administrativo (concurso n.º2/2007), aberto por aviso afixado na Secretaria da Junta de Freguesia de São Sebastião em 03 de Dezembro de 2007. A candidata nomeada deverá aceitar a nomeação no prazo de 20 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Não carece de visto do Tribunal de Contas).

18 de Dezembro de 2007. — O Presidente, *Horácio Correia da Piedade*.

2611076797

### **JUNTA DE FREGUESIA DE ROLIÇA**

#### **Aviso n.º 983/2008**

##### **Nomeação**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por despacho do Presidente desta Junta de Freguesia de Roliça de 26 de Dezembro de 2007, foi nomeado para o lugar de cantoneiro o candidato, José António Morgado Governo, no concurso externo geral de ingresso, cujo aviso de abertura foi aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º218 de 13 de Novembro de 2007. (A presente nomeação não carece de fiscalização prévia pelo Tribunal de Contas).

28 de Dezembro de 2007. — A Presidente, *Maria Norberta da Ponte Ferreira Santos*.

2611076652

### **JUNTA DE FREGUESIA DE SÃO NICOLAU**

#### **Aviso n.º 984/2008**

##### **Nomeação**

Para os devidos efeitos, se torna público que, por deliberação da Junta de Freguesia — Santarém, foi nomeada como Assistente Administrativa Especialista Isabel Maria Claro Victor classificada em 1.º lugar, no respectivo concurso; e foi nomeada como Assistente Administrativa Principal Dora Maria Oliveira Gonçalves, classificada em 1.º lugar, no respectivo concurso.

As candidatas deverão tomar posse, no prazo de 20 dias, a contar da data da publicação deste aviso no *Diário da República*.

26 de Dezembro de 2007. — O Presidente, *Luís Maria Severino Arrais*.

2611076747

### **SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ALCOBAÇA**

#### **Aviso n.º 985/2008**

#### **Concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares de técnico superior de 1.ª classe (área de engenharia civil)**

1 — Para cumprimento do disposto no artigo 28.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à Administração Local com as adaptações constantes no Decreto-Lei n.º 238/99, de 11 de Julho, se torna público, em cumprimento da deliberação do Conselho de administração, tomada em reunião ordinária realizada no pretérito dia 19 de Novembro, que se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, contado a partir da data de publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares de

Técnico Superior de 1ª classe (área de Engenharia Civil) do grupo de pessoal técnico-superior do quadro de pessoal privativo dos Serviços Municipalizados de Alcobaca.

2 — O concurso é válido apenas para as presentes vagas e cessa com o seu preenchimento.

3 — O local de trabalho situa-se na área geográfica do concelho de Alcobaca.

4 — Candidaturas — as candidaturas devem ser formalizadas através de requerimento dirigido ao Presidente do Conselho de administração, a entregar pessoalmente na secretaria dos Serviços Municipalizados de Alcobaca ou a enviar pelo correio em carta registada, com aviso de recepção, endereçada a Rua da Liberdade, s/n 2460-060 ALCOBAÇA, devendo em ambos os casos dar entrada até ao último dia do prazo fixado para o efeito.

4.1 — Os requerimentos devem conter, obrigatoriamente, os seguintes elementos:

a) A identificação completa do candidato (nome, filiação, naturalidade, residência, data de nascimento, estado civil, número do Bilhete de Identidade e serviço que o emitiu e ainda o número fiscal de contribuinte).

b) Situação profissional (tempo na categoria actual, na carreira e na Função Pública).

c) Declaração em alíneas separadas, sob compromisso de honra, da situação em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos gerais e especiais de admissão ao concurso.

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para apreciação do seu mérito ou constituam motivo de preferência legal.

4.2 — Documentos que devem acompanhar os requerimentos — os candidatos não pertencentes ao quadro de pessoal dos Serviços Municipalizados de Alcobaca devem anexar aos requerimentos, sob pena de exclusão, documentos emitidos pelos serviços de origem, que façam prova dos requisitos gerais e especiais legalmente exigidos para admissão ao concurso, mencionados, respectivamente, no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, 11 de Julho e no artigo 4.º, n.º 1 — alínea c), do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, na redacção dada pela lei n.º 44/99, de 11 de Junho, adaptado à Administração Local pelo Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 207/2000, de 2 de Setembro.

5 — Composição do júri — o júri de selecção terá a seguinte composição:

Efectivos — Presidente — José Fialho Vinagre, Administrador do Conselho de administração;

Vogais — José Manuel Braga Rilho — Director-Delegado, que substituirá o presidente do júri nas suas faltas e impedimentos e Óscar Manuel Ferreira Carvalho Oliveira, Director do Departamento de Obras Municipais da Câmara Municipal de Alcobaca.

Suplentes — Alcina Maria Clemente Gonçalves, Administradora e José António Nascimento Chaves Peça Francisco, Chefe da Divisão de Obras Municipais da Câmara Municipal de Alcobaca.

6 — Métodos de selecção — a selecção dos candidatos será feita através da prestação de uma prova oral de conhecimentos, de natureza teórica, com a duração aproximada de quarenta e cinco minutos, que versará matérias tratadas nas seguintes áreas:

Concepção e elaboração dos documentos técnicos legalmente exigidos para instrução e lançamento de processos de concurso de empreitadas de obras públicas;

Direcção técnica e fiscalização de obras públicas;

Normas técnicas a observar na concepção e elaboração de projectos de redes interiores de águas e esgotos domésticos e pluviais.

Concepção e análise de projectos de abastecimento de água a loteamentos urbanos e arruamentos, com particular incidência nas áreas de drenagem de águas residuais domésticas, pluviais e instalação de bocas de incêndio.

6.1 — O local, data e hora de prestação das provas serão comunicados aos candidatos, através das formas previstas no artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.2 — Os critérios de avaliação constarão na acta do júri que será facultada aos candidatos, nos termos previstos no artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.3 — A classificação final será expressa numa escala de zero a vinte valores e corresponderá à pontuação atribuída à prova oral de conhecimentos.

7 — Relação de candidatos/lista de classificação final — serão publicitadas de acordo com o que resultar da aplicação dos artigos 33.º e 40.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Junho, aplicado à Administração Local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.